

Difícil mesmo poderá ser no Senado

Uma frase dita ontem pelo líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN), dá a dimensão dos problemas que o governo poderá ter no futuro no Congresso. "Na hora em que se cometem injustiças contra os Estados mais pobres, não temos mais nenhuma obrigação de sermos equilibrados ou racionais", afirmou. O parlamentar protestava contra a reforma tributária e fazia, em sua fala, uma ameaça implícita de vincular uma solução satisfatória a seus interesses nesse assunto a outros temas da Casa. Não estava sozinho: no mesmo tom, falaram outros oposicionistas, como Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Para mostrar que a ameaça era para valer, tucanos e pefe-
listas obstruíram com sucesso um projeto que, pelo seu pouco
efeito prático e pela solidariedade fácil que proporciona a
uma causa social, seria aprovado por unanimidade: a trans-
formação de 2004 no "ano nacional da mulher".

O "ano da mulher" será votado na semana que vem e o relator
da reforma da Previdência, senador Tião Viana (AC), teve a sinaliza-
ção que temia: a de que a vida do governo no Senado será mui-
to, mas muito mais difícil do que na Câmara. Em primeiro lugar,
por uma razão matemática: os partidos que se colocam como
oposicionistas, PSDB, PFL e PDT, somam 34 parlamentares. Acres-
cente-se a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e retire-se os senado-
res Edison Lobão (PFL-MA) e Roseana Sarney (PFL-MA), resta um
bloco de oposição de 33 senadores, dois a mais que o suficiente
para barrar uma reforma constitucional. Só em função disso, já se
torna necessário cavar dissidências na base oposicionista.

Outra razão torna difícil o desafio de uma articulação go-
vernista bem sucedida, sobretudo em questões que mexam com o pacto federativo, como a reforma tributária. "Este Sena-
do tem lideranças regionais que são predominantes em seus
Estados, possuem alto grau de articula-
ção e estão na oposição conservadora.
Eles se sobrepõem aos seus partidos.
Qualquer questão regional aqui é mui-
to mais complicada. Cada senador é
uma instituição política própria", afir-
ma Tião Viana. Os exemplos, além dos
três senadores já citados, são numero-
sos. Os efeitos já se fazem sentir: PSDB e

Reforma tributária vai pautar todo o resto

PFL demonstram no Senado uma ânimosidade em relação à
reforma previdenciária que não existiu na Câmara.

A base governista vê na aliança com o PMDB o antídoto para o
perigoso casamento entre a reforma da Previdência e a tributária
em que uma pode travar a outra. Assim pensam também alguns
pemedebistas. "O governo tem o Senado no bolso. Na hora do vo-
to, a oposição não passa de dezesseis votos contrários", disse re-
centemente um governador do PMDB a um dirigente da sigla. Mas
os sinais dos últimos meses não mostram um cenário tão fácil.

Ao longo de 2002, último ano de um já enfraquecido governo
Fernando Henrique, os senadores levaram a voto 60 medidas
provisórias. Destas, 55 foram aprovadas, três modificadas e
duas rejeitadas. De fevereiro a julho deste ano, oito medidas
provisórias já tiveram que voltar para a Câmara. Não houve ain-
da a votação de uma emenda constitucional. Mas a sessão do dia
24 de junho deste ano mostra o caráter peculiar da Casa.
Neste dia, os senadores ignoraram as emendas do PFL e do
PSDB para mudar o valor do salário mínimo de R\$ 240, propo-
sto por Lula. Na votação da medida provisória sobre o tema, a
proposta pefe-
lista de um mínimo de R\$ 260 teve 21 votos, e a
tucana, de R\$ 252, teve 22 votos. Ponto para o governo. Mas no
mesmo dia, o Senado tomou uma atitude inédita: rejeitou, por
40 votos a 23, a indicação do ex-deputado Luiz Alfredo Salomão
para uma cadeira na Agência Nacional do Petróleo.

Foi a primeira vez em quarenta anos que uma mensagem presi-
dencial de preenchimento de um cargo foi rejeitada pelo Se-
nado. O que ocorreu? No primeiro caso, os senadores coloca-
ram a definição de uma política macroeconômica acima de in-
teresses meramente partidários. No segundo episódio, inimizadas
antigas falaram mais alto que a fidelidade ao governo. No
Senado, é forte a tendência de cada voto a favor do Planalto ser
resultado de um pacto estabelecido em bases nada coletivas. E
por isso mesmo, a reforma da Previdência só caminhará tran-
quila se o governo começar a negociar já a reforma tributária.

César Felício é repórter de Política

E-mail cesar.felicio@valor.com.br